

## Comunicação da Intenção e Intenção da Comunicação

Paulo Barroso

Resumo:

Palavras-chave: comunicação (inter-pessoal, intra-pessoal e intencional), experiência, intencionalidade, inter-subjectividade semântica, inter-traduzibilidade linguística.

Abstract: How can we communicate intentions? What one means when one uses a certain expression about his inner states, like “I have a pain”? What “understand someone” means? These are some of many others questions that we have to underline when we pretend analyse the importance of normal and ordinary linguistic productions. Questions that help us to understand the use, production and functionalism of ordinary language. However, there are others communication manners, like intra-personal communication processes?

The main focus of this paper is about the proficiency and use of ordinary language. Thus, this paper intends to present a theoretical analysis between language, inner states (thought, sensation, perception, feeling, etc.) and reality. Trilogy as a complex system organizing experiences into meaningful structures, considering some issues: i) language of thought (or intra-communication); ii) semantic inter-subjectivity; iii) inter-translated languages to explore the interactive conception; iv) mental and linguistic construction of reality; v) conceptual pathologies of language; and vi) expressive act of meaning. In this paper, the basic approach embraces the analysis of a simple semiotic concept, is that of meaning, considering the language’s difficulties and proficiencies to represent (describe or express) the world (as individual mental construction). It seems to me obvious that a great many of the things that we say (and understand from what is said) we say (and understand) because we learn them in conversation with others, in which it is the intention of the

interlocutors to inform of something. Based on Grice's work, i shall argue that it is also important what isn't said when it is said, beyond what is said when it is not said.

Keywords: communication (inter-personal, intra-personal and intentional), experience, intentionality, semantic inter-subjectivity, inter-translated languages.

## Introdução

No artigo «Logic and conversation», Paul Grice dá conta de uma tradicional disputa entre formalistas e não formalistas acerca de eventuais vantagens da utilização de linguagens formais e da correspondente associação dos seus dispositivos nas línguas naturais. Tal como Grice, não interessa-me acirrar a controvérsia nem tomar partido ou desmontar uma ou outra posição. Apenas evidenciar o carácter (in)expressivo associado a qualquer linguagem.

O presente texto<sup>1</sup> divide-se em três partes. A primeira, que contempla a presente introdução e o apuramento do termo “comunicação”; a segunda, referente às linhas pragmáticas de Grice; e a terceira, fruto de posições mais pessoais e que propõe um desafio: se Grice refere o que não é dito (mas sugerido), no que é dito, pretendo falar do que não é dito quando (efectivamente), é dito.

Ao ponderar as condições para a intenção de comunicar a experiência, afigura-se uma inquietação compreender o termo “significado do falante”. Principalmente porque a comunicação, que serve para estabelecer i) pontes interactivas e intercompreensivas entre os interlocutores de uma determinada comunidade linguística, por um lado, serve também para ii) o desentendimento e a incompreensão, por outro. E torna-se mais paradoxal ii) ser suscitado pelo uso de formas verbais de comunicação interpessoal ou de linguagem natural (realizadas através de conjuntos de signos com determinados significados convencionados). A interrogação acerca do que significa “comunicação”

---

<sup>1</sup> PARTE DE UM ESTUDO MAIS VASTO E QUE INCLUI A ANÁLISE DE FORMAS DE COMUNICAÇÃO INTRAPESSOAIS, NOMEADAMENTE NO DISCURSO ESQUIZOFRÉNICO ASSOCIADO AO CASO DE ALUCINAÇÕES AUDITIVAS.

e a subjacente bivalência do termo como i) e como ii) conduz às perguntas: “A linguagem serve para comunicar?”; “Que conteúdos?”; “A experiência?”.

Entende-se por “comunicação” o processo reversível ou fenómeno de transmissão de uma mensagem que estabelece uma relação em que os actos, os pensamentos, as intenções ou os sentimentos de um determinado sujeito estimulam e desencadeiam respostas no(s) interlocutor(es). Este conceito interactivo de comunicação reenvia a questão para um problema prático: a comunicação compreendida como uma relação privilegiada sobre (in)certezas entre consciências<sup>2</sup>.

À pergunta “o que comunicar quer dizer?”, respondemos que comunicar é mais do que dizer e do que querer dizer, na medida em que o sentido das palavras estende-se além do domínio gramatical. Seja de que for, o sentido, quando partilhado, é sempre o resultado de uma construção interactiva. Temos o sentido como a direcção por onde segue o enunciado, estando associado à ideia de expectativa, de intenção e de expressividade. Um exercício de desvelamento de sentidos dos enunciados que vulgarmente produzimos, recebemos, interpretamos e compreendemos permitiria encontrar sempre mais um sentido, por mais obscuro que fosse. Comunicar está subjacente à partilha (expressão e exteriorização) da experiência<sup>3</sup>. Todos os dias participamos em diversos processos de comunicação sem apercebermo-nos de que estamos a comunicar.

Paradoxalmente, para que a intenção de comunicar tenha êxito é preciso ter em conta o ruído como elemento constituinte e como obstáculo à transmissão. O ruído conduz à infidelidade da comunicação, perturbando o entendimento, e está presente nos interlocutores (eventuais perturbações na expressão ou no modo de receber a mensagem), na mensagem (uso de enunciados

---

<sup>2</sup> CURIOSAMENTE, WITTGENSTEIN (1996: 225; 1994: 23-25; 1993 B: §§ 308 E 563) FALA EM CERTEZA SUBJECTIVA, DO CONHECIMENTO QUE TEMOS DAS EXPERIÊNCIAS INTERIORES ALHEIAS (DE SER IMPOSSÍVEL TER UMA CERTEZA OBJECTIVA SOBRE AS MESMAS, DE SE DIZER “ELE TEM DORES”), E EM CERTEZA OBJECTIVA, QUE SE APROXIMA DA CERTEZA ALCANÇADA PELO CÁLCULO MATEMÁTICO, COMO EM “2+2=4”. CONSEQUENTEMENTE, O PROBLEMA DA COMUNICAÇÃO COLOCA-SE PELO RECONHECIMENTO DE OUTREM, POR UMA ABERTURA PERCEPTIVA.

<sup>3</sup> DIVERSOS ESTADOS INTERIORES PERTENCENTES AO MUNDO VIVIDO DE MODO INDIVIDUAL, INALIENÁVEL E INADIÁVEL, COMO PENSAMENTOS, PERCEPÇÕES, SENSACÕES, SENTIMENTOS, CRENÇAS, DESEJOS, INTENÇÕES, ETC. É SUBJECTIVO O CONTEÚDO DA EXPERIÊNCIA, NOMEADAMENTE O SENTIR DA EXPERIÊNCIA (A QUALIDADE QUE TEM PARA MIM ESTA DOR QUE SINTO OU ESTE VERMELHO QUE PERCEPCIONO); A CONSCIÊNCIA DO MEU “QUERER” E DAS MINHAS “INTENÇÕES”; E A MINHA INTUIÇÃO DE MIM PRÓPRIO COMO “PORTADOR” DA EXPERIÊNCIA QUE É A MINHA. SOBRE A SUBJECTIVIDADE E A EXPERIÊNCIA, CF. FERNANDO GIL, 1998: 7.

obscuros, equívocos e mal construídos), no código (uso de palavras ambíguas ou lógica e semanticamente indevidas) ou no canal (suporte físico deficiente). Por outro lado, a eficácia da comunicação, medida pelo grau de transmissão e, posteriormente, de compreensão, também passa pelas características dos elementos do processo. A habilidade comunicativa (vocabulário adequado, domínio da gramática), o nível de conhecimentos (quanto maior, mais fácil é dizer o que se “intenciona”), o sistema social e a cultura (valores e crenças no modo de encarar a realidade) dos interlocutores influem no processo. Também tem peso o conteúdo (o que se “entendeu” exprimir) das mensagens (correção, estrutura ou selecção e disposição); o canal de transmissão e o código (tipo e forma como é utilizado). Como a comunicação oral não depende apenas do conteúdo verbal, o tipo de barreiras devidas aos interlocutores implica que, no acto de aceitação das palavras, a interpretação destas dependa do estado psicológico. Apesar de Locke (1977: II, xxxii, 15), por exemplo, parecer acreditar que as ideias sensíveis causadas por qualquer objecto nas mentes de diferentes homens são, na maioria dos casos, muito próximas<sup>4</sup>, não se pode falar em objectividade. As barreiras devidas à linguagem explicam-se pelo número de objectos e factos com que nos deparamos, que é muito mais vasto que o das palavras, e pelo facto de a realidade ser muito mais dinâmica (muda a um ritmo muito maior) do que a linguagem. Uma palavra, com vários sentidos (consoante os sujeitos e o contexto), é empregue para nos referirmos a muitas coisas diferentes. Também constitui entrave o uso de palavras em sentido figurado e a pobreza ou o desconhecimento do léxico. No entanto, palavras diferentes também podem referir a mesma coisa, dependendo a sua compreensão do contexto em que são aplicadas.

Comunicar também é fazer com que o interlocutor reconheça uma intenção que nem sempre é transportada explicitamente pelo enunciado. É providenciar e executar diligências em direcção a um interlocutor que reconhecerá as minhas palavras e contribuirá para a minha existência enquanto

---

<sup>4</sup> ATENTE-SE AO QUE SUGERE A HIPÓTESE DE BURKE OU HIPÓTESE DA UNIFORMIDADE, SEGUNDO A QUAL A MANEIRA DE PERCEPCIONAR OS OBJECTOS É IDÊNTICA EM TODOS OS HOMENS OU APENAS APRESENTA PEQUENAS DIFERENÇAS.

locutor. Convenções sociais, normas linguísticas e rituais de relacionamento formam um quadro de obrigações das trocas de palavras, mas permitem o jogo da interpretação das intenções.

Qual o significado de “significado do falante”?

O que se quer dizer quando proferimos um determinado enunciado? De que forma a intencionalidade condiciona a enunciação? Para tentar responder ou, pelo menos, compreender estas perguntas, consideramos pertinente partir das concepções pragmáticas de Grice, conhecido pelos seus contributos para a teoria do significado e da comunicação, além da destacada influência nos estudos acerca da natureza da comunicação, da definição de “significado do falante” e do fenómeno da implicação (ou implicatura) conversacional<sup>5</sup>. Considerando que a comunicação é uma questão de intencionalidade que afecta os estados psicológicos dos outros, Grice entende que a intenção pressupõe que a audiência a reconheça tendo em conta o facto de se pretender reconhecê-la de uma forma distinta e racional. Uma intenção comunicativa, deste modo, é auto-referencial.

Segundo o conceito “significado do falante”, o que o falante quer dizer na elocução de uma frase diverge do que a frase quer dizer. Está em causa a linguagem como veículo para a comunicação dos pensamentos. Na análise do significado do falante, Grice refere o exemplo formal, baseado no conceito “significado não natural”<sup>6</sup>, em que um sujeito S quer dizer alguma coisa (de forma não natural) através de x (uma elocução ou um gesto) se e só se S quis que x produzisse algum efeito na audiência através do reconhecimento desta intenção. Este aspecto afigura-se importante, de acordo com Grice, porque regista a relevância da intencionalidade subjacente a um pronunciamento, a um

---

<sup>5</sup> DO ORIGINAL EM INGLÊS: “*CONVERSATIONAL IMPLICATURE*”. TERMO QUE DESIGNA AS IMPLICITAÇÕES DE UMA ELOCUÇÃO QUE ESTÃO PARA ALÉM DO QUE É ESTRITAMENTE REFERIDO PELO SEU CONTEÚDO. NEM TUDO O QUE É DITO CONSTITUI UM INDÍCIO DIRECTO PARA O SIGNIFICADO DE UM TERMO, PORQUE HÁ MUITOS FACTORES QUE PODEM DETERMINAR A ADEQUAÇÃO DOS COMENTÁRIOS, INDEPENDENTEMENTE DO FACTO DE SEREM OU NÃO REALMENTE VERDADEIROS. GRICE CHAMA A ATENÇÃO PARA AS SUBTILEZAS DA CONVERSAÇÃO ENQUANTO INDICADORES FIDELÍGOS DE SIGNIFICADO E PROPÕE UM EXERCÍCIO DE SUB-ENTENDIMENTO.

<sup>6</sup> SIGNIFICADO DO TIPO “ESTES TRÊS APITOS QUEREM DIZER QUE AS PORTAS DO METRO VÃO FECHAR”, POR OPOSIÇÃO AO “SIGNIFICADO NATURAL”, DO TIPO “ESTAS MANCHAS QUEREM DIZER SARAMPO”. SIGNIFICAR UM CONTEÚDO É AGIR NO SENTIDO DE CRIAR UM ÍNDICE QUE POSSA, QUANDO RECONHECIDO COMO ESTANDO SUB-ENTENDIDO POR UMA INTENÇÃO DE COMUNICAÇÃO, PERMITIR AO INTERLOCUTOR INFERIR O CONTEÚDO EM QUESTÃO.

uso de uma linguagem verbal ou corporal. É a intencionalidade de um sujeito S que determina que este, enquanto emissor, pretenda dizer ou signifique algo através de um processo de comunicação intencional cujos fins (de partilha de informações e de possibilidade de compreensão dos conteúdos por parte dos interlocutores) estão definidos *a priori*.

A noção de significação<sub>NN</sub> permite a Grice afirmar a anterioridade do pensamento sobre a linguagem. É por querermos dizer certas coisas com os signos linguísticos que empregamos (porque o nosso comportamento linguístico é totalmente dirigido pelas intenções de comunicação), que os termos da nossa linguagem são dotados de significações. Um enunciado apenas é dotado de uma significação<sub>NN</sub> se o comportamento desencadeado tiver a intenção x através do reconhecimento do meu desejo<sup>7</sup>. Grice refere que ao pronunciar x, S quis dizer que p se e só se, para alguma audiência A, S proferiu x ao querer dizer i) que A deve acreditar que S acredita que p, ii) que A deve acreditar que S quis dizer i) e iii) que i) deve ser conseguido através de pretensões de ii) (1993 b). Nota-se em Grice uma passagem da linguagem para a mente, com a qual a comunicação é tida como questão do uso das palavras pelo falante para permitir aos ouvintes reconhecerem o conteúdo dos seus pensamentos. Com Vygotsky (2000: 58) e Fodor (1974: 142 e 376; 1978: 56 e segs.), afigurou-se a tentativa de fundamentar uma intra-comunicação ou linguagem do pensamento, virada para o eu.

Em «Logic and conversation», Grice refere-se ao conceito de “implicação” associado ao princípio de cooperação (que rege o sentido) e investiga as condições gerais que remetem para a conversação. É crucial a diferença entre o enunciado dito e o enunciado implicado (pretendido ou sugerido), que faz derivar entre a) o que é dito, b) o que é convencionalmente implicado e c) o que não é

---

<sup>7</sup> POR EXEMPLO, 1) UM AGENTE DA POLÍCIA QUE FAZ PARAR UMA VIATURA COLOCANDO-SE NO SEU CAMINHO E 2) UM AGENTE DA POLÍCIA QUE FAZ PARAR UMA VIATURA FAZENDO SINAIS COM A MÃO. PODE-SE DIZER QUE EM 1) E EM 2) EXISTEM ENUNCIADOS DOTADOS DE SIGNIFICAÇÃO<sub>NN</sub>? NÃO EM 1), PORQUE A INTENÇÃO DO AGENTE DA POLÍCIA, QUE SE COMPORTOU DO MODO DESCRITO, NÃO FOI A DE FAZER PARAR A VIATURA PELO RECONHECIMENTO DO SEU DESEJO. PELO CONTRÁRIO, EM 2), O AGENTE DA POLÍCIA MOSTROU CLARAMENTE A SUA INTENÇÃO, PELO QUE O SEU COMPORTAMENTO CONSTITUI UM ENUNCIADO DOTADO DE UMA SIGNIFICAÇÃO<sub>NN</sub>, PORQUE O AGENTE, AO COMPORTAR-SE DESSE MODO, INTENDEU QUE O RECONHECIMENTO DA SUA INTENÇÃO TIVESSE POR EFEITO ACEITAR A PARAGEM. O AGENTE FAZ SINAIS COM A MÃO COMO RESULTADO DESTA INTENÇÃO EM ACTO E OS SINAIS REALIZADOS PELA MÃO DO AGENTE TEM COMO CONDIÇÕES DE SATISFAÇÃO, COM A DIRECÇÃO DE AJUSTAMENTO MUNDO-MENTE, QUE A VIATURA PARE.

convencionalmente implicado. As nossas interlocuções são esforços caracteristicamente cooperativos e cada participante reconhece nelas propósitos ou direcções mutuamente aceites<sup>8</sup>.

Junto ao que um enunciado permite dizer explicitamente, que depende da significação convencional das palavras, é preciso distinguir um outro nível, equívoco, de informação, que é sub-entendido ou comunicado implicitamente. Como é que as proposições comunicadas implicitamente (as implicações) são inferidas do que é dito explicitamente nas conversações? Ao tentar responder a esta questão, Grice apresenta a ideia das máximas (quantidade, qualidade, relação e modo) da conversação, segundo a qual as nossas trocas conversacionais não procedem de maneira anárquica, mas são regidas por regras e normas universais que se impõem a todos os locutores racionais.

No comportamento linguístico, presente nos processos interactivos de comunicação, não é suficiente codificar os conteúdos do pensamento nas mensagens sonoras nem descodificá-las afim de desvelar os conteúdos enunciados, para se ser capaz de comunicar. A significação de um enunciado extravasa a significação verbal literal codificada na elocução. Por exemplo, ninguém considera responder apenas “sim” à pergunta “pode-me passar o sal?”. Como não é razoável supor que o locutor apenas quisesse verificar as capacidades motrizes do seu interlocutor, a explicação para este facto pragmático reside na nossa quotidiana procura em dar um sentido razoável aos enunciados que interpretamos. Neste caso, a única explicação razoável da enunciação reside na intenção de comunicar a vontade em dispor de sal. A aparente ausência de um carácter racional, normativo e cooperativo nas trocas conversacionais, aliada a uma anormalidade, indiciam a afectação de incapacidade cognitiva de um sujeito, considerando que as normas de racionalidade governam a atribuição de estados mentais. “Pode-me passar o sal?” podia ser substituída pela pergunta “tem sal?”, pela declaração “preciso de sal”, pela exclamação “Oh, falta sal!...” ou pelo simples pronunciamento da palavra “sal”. Se A pergunta a B “tem sal?” e se B responde simples e

---

<sup>8</sup> ESTA É A IDEIA DO PRINCÍPIO COOPERATIVO, CONJUNTO DE NORMAS ESPERADAS NA CONVERSAÇÃO (PORQUE O PRINCÍPIO SUBMETE-SE A UM NÚMERO DE MÁXIMAS) QUE APELA O FALANTE A FAZER A SUA CONTRIBUIÇÃO CONVERSACIONAL TAL COMO É SOLICITADA, NO MOMENTO EM QUE OCORRE, PELO PROPÓSITO ACEITE OU DIRECÇÃO DA TROCA DE PALAVRAS NA QUAL ESTÁ COMPROMETIDO.

directamente com “tenho”, A não alcançou o que pretendia por falta de cooperação conversacional do seu interlocutor que não entendeu que a pergunta “tem sal?” está em vez da expressão do desejo. Os actos de fala são o resultado de uma conjuntura entre as disposições linguísticas ditas normais e usuais, socialmente moldadas, e as capacidades individuais para falar. As condições sociais de produção linguística oferecidas no mercado têm um peso maior na definição do sentido do discurso que a gramática. A língua comum dá lugar ao idiolecto pessoal. Segundo Locke, as palavras nem sempre despertam no espírito dos outros, mesmo se estes falam a mesma língua, as mesmas ideias que julgamos elas serem os sinais arbitrários (1977: III, ii, 8). Para Locke, a linguagem tem dois usos: a) o que permite o registo dos nossos próprios pensamentos e b) o que permite a comunicação dos nossos pensamentos aos outros. Contudo, podemos pensar que as palavras têm a pretensão de se assumirem como signos do pensamento. Como refere Locke (1977: III, ix, 4), as palavras não servem convenientemente esse fim, porque não suscitam em quem as ouve a mesma ideia que desencadeia na mente de quem as profere. Não podemos encarar as palavras como sinais imediatos das ideias, mas como representações mediatas das mesmas e, por isso, como instrumentos com os quais tentamos comunicar e expressar as nossas experiências.

Do Dito no não dito ao não dito no dito

Se, na perspectiva griceana, falamos em sistemas de trocas públicas, acordadas, partilhadas e participadas, onde influem princípios de cooperação entre os interlocutores, então devemos entender falar de um mercado social da linguagem (cujo carácter comunicativo é a subjacente intenção de comunicar), onde já existem enunciados e palavras com determinados sentidos e procedimentos de regulação das trocas. Neste mercado, exerce-se um jogo de oferta e de procura sobre diferentes tipos de produtos (ou quadros sociais de expressão), como i) os contratos de comunicação, subjacentes à ideia de que todo o acto de comunicação inscreve-se num quadro pré-estruturado; ii) os rituais de linguagem, comportamentos usuais que devemos adoptar a partir do

momento em que pretendemos estabelecer um contacto com qualquer interlocutor; e iii) o valor social das palavras, que veiculam uma certa identidade social e podem transportar valores de verdade e de identidade, como nos sociolectos. A sociedade prescreve, por convenção, comportamentos e formas de linguagem ritualizadas e adaptadas às diligências, que correspondem aos hábitos culturais de uma comunidade. Esquecê-los ou omiti-los é condenar o nosso comportamento linguístico à anormalidade.

A subjectividade na escolha de determinadas palavras, com a intenção de se transmitir uma ideia de modo a ser compreendida, acarreta um obstáculo comunicacional, porque a objectividade pressupõe um determinado valor-verdade inatingível. Questionar a autoridade da gramática que me leva a dizer “a neve é branca” é excluir-me do jogo de linguagem e perder-me no labirinto da significação<sup>9</sup>. A linguagem não serve apenas para projectar o mundo e etiquetar os objectos, mas edifica-se na confluência do explícito (o dito) e do implícito (o não dito). O sentido é uma intenção endereçada aos parceiros dos actos de linguagem e não é necessariamente fundado na verdade.

A linguagem é o espelho do pensamento ou uma ferramenta que permite que o pensamento se exprima? Entendemos preferível falar da linguagem quotidiana como veículo de comunicação pautado pela transposição de inter-subjectividades semânticas, considerando que pensamento faz surgir as palavras. Estas encontram-se mortas quando vazias de pensamentos ou quando tentam dar à luz o pensamento (cf. Vygotsky, 2000: 255). Falar assume-se como um combate permanente entre o pensamento e a linguagem. No fluxo de palavras, muitas vezes temos a sensação de que o nosso pensamento torna-se mais claro e que o mesmo foi verbalizado adequada e expressivamente. Outras vezes temos a sensação de que não conseguimos exprimir ou dizer o que “intencionamos”. A intencionalidade, de ordem representativa ou mental, é limitada pela exteriorização comunicativa.

---

<sup>9</sup> A ESTABILIDADE DENOTATIVA, CARACTERÍSTICA DA LINGUAGEM, É UM PRESSUPOSTO SEMÂNTICO NECESSÁRIO AO USO COM SENTIDO DE UM DETERMINADO TERMO. RUSSELL (CF. 1976: 207) DEMONSTRA-O COM O ENSINO DO USO CORRECTO DA PALAVRA “GATO”. SE OS ADULTOS NÃO FOSSEM SUFICIENTEMENTE DE CONFIANÇA, SE, QUANDO EM CRIANÇAS VÍSSEMOS UM GATO, ELES DISSESSEM, ÀS VEZES, “CÃO”, OUTRAS VEZES, “VACA” E, OUTRAS VEZES AINDA, “CROCODILO”, NUNCA PODERÍAMOS APRENDER A FALAR CORRECTAMENTE.

O apuramento conceptual que esboçámos pressupõe um entendimento de “comunicação” associado à interacção e exclui, à partida, a concepção de comunicação intrapessoal<sup>10</sup>. Como propriedade constitutiva do homem, as condições para a linguagem funcionar socialmente implicam certos imperativos (da racionalidade, da exterioridade ou da regulação) analisados cepticamente na comunicação intrapessoal. Sem este triplo pressuposto, encontramos-nos numa posição inexprimível, à semelhança da intraduzibilidade linguística de certos estados interiores apresentada por Hofmannsthal (1999: 51), ao evidenciar uma desconfiança da linguagem como veículo capaz de transmitir o que se quer dizer e fazer entender (alimentada pela ideia da impossibilidade de dizer). Esta incapacidade, “incomunicabilidade” (como característica própria da comunicação), é evidenciada na utilização de uma língua como bem ou património comum e de não conseguirmos comunicar. O inefável apodera-se do que realmente pretendemos comunicar. O silêncio que Wittgenstein refere no fim do *Tractatus* não nega a existência do inexprimível. Contudo, a inefabilidade assume em Wittgenstein um carácter especial, impenetrável, constituindo um mundo intimamente vivido, o que justifica, de certo modo, o misticismo característico do *Tractatus*.

No empreendimento para a refutação das possibilidades de uma linguagem privada, Wittgenstein sugere três características que esta teria: a) as palavras relacionadas com o que apenas o enunciador saberia – privacidade epistemológica pela incomunicabilidade” das sensações; b) as palavras relacionadas com as sensações pessoais do enunciador – privacidade da relação de posse pela inalienabilidade das sensações – e c) outrem não poderia compreendê-la - o significado das palavras é garantido pelo conhecimento das associações de significação (1996: § 243). Então, a) e b) explicam a impossibilidade de se dar a conhecer e de comunicar a experiência.

Como refere Russell, “muitos de nós usam as palavras como pensamentos solitários”, apesar do principal objectivo da linguagem ser comunicar, para o qual é necessário ser pública e “não um dialecto privado inventado pelo falante”, pelo que o “mais pessoal em cada experiência individual

---

<sup>10</sup> PROCESSO DE COMUNICAÇÃO BASEADO NO PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÕES POR UM SUJEITO SINGULAR, ASSOCIANDO O PENSAMENTO MEDIADO POR SIGNOS COMO TROCA COMUNICACIONAL ESTABELECIDADA PELO SUJEITO

tende a se evaporar durante o processo de tradução para dentro da linguagem” (1976: 17). Então, Russell conclui que a publicidade da linguagem é, em larga medida, uma ilusão: “uma dada forma de palavras poderá ser interpretada pelos ouvintes competentes como sendo verdadeira ou falsa para todos eles, mas não terá, contudo, o mesmo significado para todos eles” (1976: 17). A linguagem é a representação do pensamento (Wittgenstein, 1996: §§ 327, 329, 330 e 339)<sup>11</sup>. Russell refere dois méritos da linguagem: “primeiro, porque é social; segundo, porque fornece uma expressão pública aos pensamentos que, de outro modo, permaneceriam privados” (1976: 73). Segundo Russell, “quando o dentista magoa-te, podes emitir um gemido involuntário, que não conta como fala. Mas se ele disser ‘avisa-me se te magoo’, e tu, então, emites o mesmo som, isso tornou-se fala e, além disso, pretendeu transmitir informações” (1976: 71)<sup>12</sup>.

Ao partir de uma relação tripartida entre i) os estados mentais; ii) os sons e as palavras; e iii) o mundo, constituído por coisas e factos, Aristóteles (1973: I, 16a 3-10) caracteriza as palavras faladas como símbolos da experiência mental e as palavras escritas como os símbolos das palavras faladas, bem como afirma que as experiências mentais, simbolizadas directamente pelos sons, são as mesmas para todos os homens, ao contrário da escrita (palavras escritas) ou dos sons de fala (palavras faladas). Entre o pensamento (fonte de conteúdos informativos e a origem intencional da expressão), a linguagem (instrumento social de expressão ou exteriorização de estados interiores - veículo exteriorizador da expressão intencional), e a realidade (conjunto de tudo o que é o caso, de tudo o que existe e acontece, e o referente extra-linguístico da expressão que faz com que esta seja o caso), concebemos uma ideia e uma expressão que se referem a objectos porque estes ajustam-se ou satisfazem o sentido associado à ideia e à expressão. A capacidade de representação dos sons que emanam da boca ou das marcas registadas no papel não é intrínseca, mas deriva da intencionalidade

---

CONSIGO MESMO.

<sup>11</sup> PODER-SE-IA DESIGNAR POR LINGUAGEM INDIRECTA O PROCESSO DE EXTERIORIZAÇÃO DE ESTADOS INTERIORES TENDO A LINGUAGEM COMO *MEDIUM*. Cf. TAMBÉM WITGENSTEIN, 1999 B: 220.

<sup>12</sup> AO SOM EXPRESSIVO DE EMOÇÃO, RUSSELL CHAMA “INTERJEIÇÃO”, QUE ENQUADRA-SE NO PROBLEMA DA PRIVACIDADE EPISTEMOLÓGICA, PORQUE PODE TRANSMITIR INFORMAÇÕES, SEM QUE UM OBSERVADOR EXTERIOR

da mente. A estrutura das intenções de significação é explicada quando faço um ruído com a boca ou algumas marcas no papel e tenciono a sua produção como a realização de um acto de fala.

Quando produzo o enunciado E, 1) expresso a crença sobre E, 2) realizo um acto intencional de enunciar que E, 3) tenciono representar um facto ou um estado de coisas (como sendo o caso de E), e 4) tenciono, também, comunicar esta representação aos meus ouvintes. Contudo, como adverte Searle, na intenção de significação<sup>13</sup>, “comunicar é uma questão de produzir certos efeitos nos ouvintes, mas pode-se tencionar representar algo sem se importar” com esses efeitos (1999: 211). Posso produzir um enunciado sem tencionar fazer com que os meus ouvintes acreditem que eu acredito no que estou a dizer. Existem condições de satisfação (intencionalmente impostas sobre a elocução) diferentes em dizer algo com o propósito de significar algo e dizer sem esse propósito.

De acordo com Searle, podemos chegar ao conteúdo de uma intenção perguntando “O que o agente está a tentar fazer quando profere uma elocução?” e respondendo “Ele está a tentar fazer com que algo seja o caso, ao representá-lo como sendo o caso e, conseqüentemente, está a tentar causar uma mudança no mundo de modo a que um conteúdo proposicional alcance a direcção de ajustamento mundo-mente, ao expressar o mesmo conteúdo proposicional com a direcção de ajustamento mente-mundo”, realizando um acto de fala com uma dupla direcção de ajustamento (1999: 219). Searle, que aborda a intencionalidade de um ponto de vista naturalista e propõe uma ordem de prioridade no desenvolvimento dos fenómenos intencionais (onde a linguagem e a significação surgem posteriormente), refere que a forma peculiar de intencionalidade dos falantes advém do facto de estes significarem algo pelas suas elocuições (1999: 205). Searle propõe uma análise do significado enquanto um tipo de intencionalidade dos falantes, de modo a responder à pergunta: “quais são as características das intenções dos falantes em elocuições com sentido que fazem com que seja o caso em que o falante signifique algo com a sua elocução?”.

---

**POSSA TER CONHECIMENTO DO QUE É TRANSMITIDO OU SE ALGO É TRANSMITIDO. SE O SOM E A CIRCUNSTÂNCIA PODEM SER PÚBLICOS, O SIGNIFICADO É SEMPRE PRIVADO.**

A determinação, pela designada hipótese de Whorf, de uma certa relatividade linguística conduz à ideia de coordenação e controlo dos comportamentos linguísticos pelo conhecimento do falante sobre a estrutura gramatical. Nesta questão importa sublinhar a diferença entre as maneiras de pensar e de falar dos sujeitos, mesmo sobre uma mesma e determinada questão. Este aspecto está relacionado com a referida influência das diferentes estruturas da linguagem sobre as diferentes estruturas cognitivas. Se, de acordo com a hipótese de Whorf, o modo como um determinado sujeito S organiza a sua experiência é uma função da linguagem que S fala e os conceitos que S tem são os que a linguagem de S se baseia, então a hipótese de Whorf sugere que as linguagens (naturais) diferem entre si. No entanto, as mesmas linguagens devem também aproximar-se, na medida em que todas devem permitir que as interpretações (inter-subjectividades) semânticas dos seus enunciados sejam representadas e sirvam para um limitado, mas suficiente, entendimento. Contrários à hipótese de Whorf, Fodor & al. (1974: 388) concluem pela plausibilidade da ideia de que a produção de frases é uma tradução de um código interno que não é, em si, uma linguagem natural. Sobre a produção e a percepção discursiva, Fodor & al. consideram que o problema da produção da fala é o da caracterização de um dispositivo que traduz do “*mentalês*” (linguagem computacional interna) para o inglês ou o português. Concordamos, portanto, que o papel desempenhado pelas estruturas cognitivas do falante, nomeadamente o pensamento, interagem com o uso que o mesmo realiza no sistema linguístico e nas consequentes produções de sentido.

Franz Brentano desenvolveu o termo “intencionalidade” para caracterizar a esfera mental, sublinhando o direccionamento da mente a algo que pode ou não existir. Subjacente está o problema da já referida relação tripartida. Questão que remonta ao século V a.C., com Demócrito de Abdera, e que foi apurada com Platão (1965: 272 e segs.), cuja interrogação sobre como se pode pensar no que não é o caso (e que, por conseguinte, não existe, pois nada é, logo, pensar em nada é não pensar

---

<sup>13</sup> NA QUAL A INTENÇÃO DE REPRESENTAÇÃO É ANTERIOR, DIFERENTE E INDEPENDENTE DA INTENÇÃO DE COMUNICAÇÃO. POSSO TENCIONAR REPRESENTAR SEM TENCIONAR COMUNICAR, MAS NÃO POSSO TENCIONAR COMUNICAR SEM TENCIONAR REPRESENTAR.

em coisa alguma) teve um desenvolvimento em Santo Agostinho (1991: 57) e suscitou um interesse reformulado em Wittgenstein (1996: § 518).

Depois de Wittgenstein, numa primeira fase, ter analisado como uma parte da realidade (um signo proposicional constituído por sons ou marcas gráficas) pode representar outra parte da mesma realidade (um facto que ocorre no mundo exterior) e como o pensamento está em conexão com a realidade, com base na concepção pictórica da linguagem, o próprio autor, numa segunda fase epistemológica, aprofundou a relação, à luz da intencionalidade, entre as proposições e os factos: “a concordância, a harmonia entre o pensamento e a realidade” - ou entre estados mentais, como crenças, dúvidas, expectativas, desejos, etc., e o que os satisfaz - “consiste em que se eu digo falsamente que uma coisa é *vermelha*, então a coisa, em todo o caso, não é *vermelha*” (1979: 27.10.14; 1999 a: 2.15 e segs.; 1996: § 429; 1993 a: 142 e 162). Na harmonia entre o pensamento e a realidade, detectável na gramática, Wittgenstein sublinha que pensar que *p* é o caso não pressupõe que *p* seja o caso. A relação triádica estende-se sobre o problema da intencionalidade, porque ocorre num processo de interacção verbal, onde a minha intenção é sempre a expectativa do meu interlocutor, apesar de podermos considerar elocuições com intenções e significados, caracterizadas pela ausência de uma audiência a quem fosse induzida uma resposta. Grice exemplifica-o com entradas num diário, solilóquios ou “pensar silencioso” (1993 a: 112 e segs.).

A noção de intencionalidade aplica-se a um sujeito que tem a intenção de fazer algo ou querer que algo seja o caso. Searle refere a característica de direccionalidade ou “ser-acerca-de” da intencionalidade enquanto “propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual eles são dirigidos para ou acerca de objectos e estados de coisas no mundo” (1999: 21). No entanto, o direcionamento de determinados estados intencionais deve ser ajustado à realidade. Nesta perspectiva, é responsabilidade da crença, tal como dos enunciados, ajustar-se ao mundo, porque podem ser verdadeiros ou falsos (o conteúdo proposicional determina um conjunto de condições de satisfação) e têm a direcção de ajustamento mente/palavra-mundo.

Os actos de fala e os estados intencionais são representações (de objectos e de estados de coisas). A intencionalidade é analisada em termos de linguagem, o que não implica que seja, por conseguinte, necessariamente linguística. A comunicação pertence ao domínio social da exterioridade, do dizível e do partilhável. A intencionalidade pertence ao domínio individual da interioridade, do indizível e do não partilhável. Ora, considerando a relação tripartida, bem como o papel da intencionalidade, fundamentamos o carácter inexpressivo e ambíguo das linguagens nos processos quotidianos de comunicação, com base no pressuposto de que os conteúdos informativos, que sustentam a intenção de usar a linguagem para referir ou expressar um estado de coisas ou objectos da realidade, pertencem a domínios indizíveis e não partilháveis. Não existe comunicação sem bases na experiência, mas existem experiências que não são partilháveis pelo uso de formas de comunicação. Em domínios distintos, como é possível comunicar a experiência? Se a experiência é singular, subjectiva e idiossincrática e a comunicação é social, regular e sistemática, como pode uma servir a outra?<sup>14</sup> Eis um dos paradoxos da comunicação: exprimir o inexprimível.

“A frase *exprimir uma ideia que se encontra antes na nossa mente* sugere que o que tentamos exprimir em palavras já se encontra expresso, mas numa linguagem diferente; que essa expressão está, antes, no olho da nossa mente; e que o que fazemos é traduzir da mente para a linguagem verbal” (Wittgenstein, 1998: 41). Esta citação sugere o que pode ser tomado como um pertinente ponto de reflexão sobre o papel da linguagem no empreendimento de se constituir ponte epistemológica entre a experiência e a comunicação, suscitando i) uma relação indissociável entre o pensamento e a linguagem; ii) uma transposição do sentido (motor que impulsiona a interacção comunicativa) de uma certa linguagem da mente para uma certa linguagem verbal. Admita-se, em i) e ii), a possibilidade de desvio do comportamento linguístico ou considere-se indefinições de sentidos (fruto da subjectividade ou idiossincrasia dos interlocutores). “Transposição” de sentido

---

<sup>14</sup> SOBRE O CONHECIMENTO ADQUIRIDO PELA EXPERIÊNCIA E QUE NÃO PODE SER CONHECIDO PELOS OUTROS (CUJAS EXPERIÊNCIAS SÃO DIFERENTES), NEM PODE SER COMPLETAMENTE CAPAZ DE SER EXPRESSO VERBALMENTE, MESMO POR UM SOBERBO ESCRITOR QUE SUSCITE NOS SENTIDOS DOS LEITORES UM ESTADO DE CONSCIÊNCIA PRÓXIMO, CF. BERTRAND RUSSELL, 1976: 17.

supõe “deslocação semântica” a dois níveis: interno, da linguagem da mente para a linguagem verbal do locutor e externo, da linguagem verbal do locutor para a do interlocutor.

Uma psicanálise linguística remeteria à afectação do significado por dados relativos à interioridade não cognoscível, como as percepções, com implicações fenomenológicas, por exemplo, na percepção por analogia das experiências dos outros e nas produções linguísticas como expressões de representações mentais. Thomas Hobbes refere que “o uso geral da palavra é o de transformar o nosso discurso mental em discurso verbal, e o encadeamento dos nossos pensamentos em encadeamento de palavras” (1971: I, 4). Considerando a dimensão pragmática da linguagem proposta por Wittgenstein, a de que o sentido é o uso (1998: 65 e 69), tendo que falar é descer do pensamento à palavra que o exprime (compreender é subir da palavra ao pensamento significado), então as linguagens baseiam-se em experiências fenomenológicas (cf. Wittgenstein, 1999 b).

“Querer dizer” ou querer (verbo intencional) que um enunciado tenha um certo efeito sobre um auditório não é apenas fazer compreender o seu conteúdo. Comunicar é tanto transmitir uma informação como satisfazer uma intenção. A concepção interactiva dos processos de enunciação, de transmissão e de compreensão coloca em causa a ideia de que as palavras teriam um sentido fora das trocas. A ideia segundo a qual as palavras reflectem a realidade, traduzem os nossos pensamentos e transportam o sentido recua diante a dita concepção interactiva, onde o pressuposto, o implícito e o peso do contexto conferem a todo o discurso vários níveis de significação.

Na comunicação interpessoal, a enunciação e a compreensão são ditadas pela intencionalidade e pela inexpressividade. A inter-traduzibilidade entre as linguagens usadas torna possível a interacção. Não se pode falar, genuinamente, em linguagem pública, porque “cada falante possui a sua própria linguagem privada, apesar de esta ser concebida como inter-traduzível” (cf. Hacker, 1977: 225). A suposição de inter-traduzibilidade implica um paralelismo psicossomático: a equivalência entre as linguagens supõe a correlação uniforme entre comportamentos e experiências.

## Bibliografia

- Aristóteles, *On Interpretation*. London: Harvard University Press, 1973;
- Carroll, John B., (ed.), *Language, Thought and Reality – Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1982;
- Fodor, Jerry A.; Bever, T. G.; Garrett, M. F., *The Psychology of Language: An Introduction to Psycholinguistics and Generative Grammar*. McGraw-Hill, 1974;
- Fodor, Jerry A., *The Language of Thought*. Sussex: The Harvester Press, 1978;
- Gil, Fernando, «A Subjectividade Incompreensível», in *Análise – Revista Quadrimestral de Filosofia*. (n.º 20), Lisboa: Colibri, 1998, pp. 5-15;
- Grice, Paul, «Logic and Conversation» in Davis, S., *Pragmatics. A Reader*. Oxford: Oxford University Press, 1991, pp. 305-315;
- Grice, Paul, «Utterer's Meaning and Intentions», in *Studies in the Way of Words*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1993 a, pp. 86-116;
- Grice, Paul, «Utterer's Meaning, Sentence-Meaning and Word-Meaning», in *Studies in the Way of Words*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1993 b, pp. 117-137;
- Grice, Paul, «Meaning», in *Studies in the Way of Words*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1993 c, pp. 213-223;
- Grice, Paul, «Meaning Revisited», in *Studies in the Way of Words*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1993 d, pp. 283-303;
- Hacker, P. M. S., *Insight and Illusion*. Bristol: Thoemmes Press, 1977;
- Hobbes, Thomas, *Léviathan*. Paris: Sirey, 1971;
- Hofmannsthal, Hugo von, *Lettre de Lord Chandos et autres textes*. Paris: Gallimard, 1999;
- Locke, John, *An Essay Concerning Human Understanding*. London: Dent & Sons, 1977;
- Platão, *Théétète*. Paris: Société Les Belles Lettres, 1965;
- Russell, Bertrand, *Human Knowledge-Its Scope and Limits*. London: George Allen & Unwin, 1976;

Santo Agostinho, *O Mestre*. in *Opúsculos Selectos de Filosofia Medieval*. Braga: Fac. Fil., 1991;

Searle, John R., *Intencionalidade-Um Ensaio de Filosofia da Mente*. Lisboa: Relógio d'Água, 1999;

Vygotsky, Lev, *Thought and Language*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2000;

Wittgenstein, Ludwig, *Notebooks – 1914-1916*. Oxford: Basil Blackwell, 1979;

Wittgenstein, Ludwig, *Philosophical Grammar*. Oxford: Basil Blackwell, 1993 a;

Wittgenstein, Ludwig, *On Certainty*. Oxford: Basil Blackwell, 1993 b;

Wittgenstein, Ludwig, *Last Writings on the Philosophy of Psychology. vol. 2: The Inner and the Outer*. Oxford: Basil Blackwell, 1994;

Wittgenstein, Ludwig, *Philosophical Investigations*. Oxford: Basil Blackwell, 1996;

Wittgenstein, Ludwig, *The Blue and Brown Books*. Oxford: Basil Blackwell, 1998;

Wittgenstein, Ludwig, *Tractatus Logico-Philosophicus*. London: Routledge & Kegan Paul, 1999 a;

Wittgenstein, Ludwig, «Notes for Lectures on ‘Private Experience’ and ‘Sense Data’», in *Philosophical Occasions: 1912-1951*. Indianapolis: Hackett Pub. Company, 1999 b, pp. 202-288.